



---

## O CONHECIMENTO SEGUNDO OS FILÓSOFOS RENÉ DESCARTES, DAVID HUME E IMMANUEL KANT

Bruno Dirceu dos Santos<sup>1</sup>

Ermes Rodrigues de Almeida Neto<sup>2</sup>

**RESUMO:** O pensamento idealista parte do pressuposto de que a razão é o meio eficaz de construir o conhecimento, devendo prescindir de qualquer sensação. O idealismo de Descartes, veremos, vê no puro pensamento uma forma de garantir segurança às ciências, encontrando na certeza do cogito a pilastra sobre a qual se erguem as demais afirmações. Entretanto, ele é problemático, pois atribui à ideia de Deus aquilo que não pode ser provado de modo filosófico, deixando transparecer certo tipo de crença a que a filosofia está submetida. Ao contrário do idealismo, o pensamento empírico defende a ideia de que só conhecemos o mundo à medida que o experimentamos, sendo absurda a proposição de que haja ideias inatas na mente do homem. Hume, então, critica a postura de Descartes. Assegurando a verdade do empirismo, acaba por desacreditar na capacidade racional de atingir o conhecimento, postulando o ceticismo. A posição de Kant em relação ao conhecimento é bem mais radical. Influenciado pelos pensamentos idealista e empirista, o criticismo desponta como uma filosofia revolucionária. Nele, a razão é submetida a uma análise crítica de seus alcances e limites, rompendo com o antigo paradigma filosófico de que o centro das investigações devem ser os objetos que se apresentam ao pensamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conhecimento; Racionalismo; Pensamento; Empirismo; Idealismo.

Neste estudo, trataremos da questão do conhecimento sob a ótica de Descartes, Hume e Kant. A busca da verdade motivou as pesquisas filosóficas em todos os períodos históricos, causando, inclusive, embates entre correntes de pensamento distintas. Essa discussão perpassou toda a filosofia ocidental, chegando ao nosso tempo como uma questão ainda a ser respondida. Ponderando as características específicas do idealismo, do empirismo e do criticismo, apontaremos as aproximações e divergências entre tais escolas filosóficas.

---

<sup>1</sup> Graduando em filosofia pela Faculdade São Basílio Magno (FASBAM). E-mail: bruno.dirceu.bd@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em filosofia pela Faculdade São Basílio Magno (FASBAM). E-mail: ermes\_r@hotmail.com

Por isso, num primeiro momento, analisaremos o idealismo cartesiano no que se refere à teoria do conhecimento. Descartes, considerado o pai do pensamento moderno, pregava a incapacidade de se obter um conhecimento claro e distinto por meio da sensibilidade, já que esta é enganosa e nos conduz a erros. Somente o pensamento seria capaz de conhecer as realidades que se apresentam à mente, constituindo uma base sólida para a construção do edifício do conhecimento. O filósofo, então, estabeleceu a dúvida metódica, chegando à existência do cogito e, por meio deste, à realidade de Deus e do mundo. Entretanto, com essas provas, surgiram falhas que viriam a ser motivo de discussões posteriores.

Prosseguindo nossa pesquisa, discutiremos a posição cética do empirista Hume no tocante ao conhecimento científico. Para tanto, entenderemos por que ele anunciou a impotência da razão em ascender a um discurso verdadeiro sobre as realidades indagadas pela filosofia. Veremos, ainda, que Hume propunha uma filosofia da vida, voltada para o estudo do próprio sujeito do conhecimento, uma vez que toda ciência está fadada ao fracasso por ter a indução como parâmetro.

Finalmente, analisaremos a proposta de Kant que, buscando resolver os embates entre racionalismo e empirismo, adotou uma filosofia transcendental: o criticismo. Procuraremos compreender os motivos que levaram a sustentar a impossibilidade de se estabelecer a metafísica como uma ciência.

Diante dessas indagações, é preciso observar que Kant, ao tentar resolver o problema do conhecimento, adotou elementos da filosofia cartesiana, puramente idealista, e da filosofia humiana, por sua vez empírica. Iniciemos, então, a nossa investigação elucidando as propostas de Descartes. Quais são suas maiores proposições? Enfim, quais são as características do idealismo cartesiano?

## **1. O idealismo em Descartes**

### **1.1. Da Escolástica ao idealismo cartesiano**

A história da filosofia é assinalada pela pretensão humana de conhecer o mundo e suas realidades últimas. Essa construção, contudo, se deu gradativamente e, não raras vezes, exigiu grande esforço na superação de conceitos e fundamentos ultrapassados. A expansão do Cristianismo influenciou de modo particular a maneira de conhecer,

introduzindo no pensamento filosófico a revelação bíblica. Assim, durante a Idade Média, houve uma intensa produção filosófica, com o intuito de conferir à doutrina da Igreja um caráter racional. Trata-se da Escolástica, vertente de pensamento ensinada nas principais escolas do ocidente cristão.

Ao longo de todo o período medieval, grandes pensadores – na maioria das vezes clérigos e teólogos – construíram o edifício do conhecimento escolástico tendo em vista a necessidade de conciliar fé e razão. Inúmeros eruditos envolveram-se num intenso trabalho de revisão do material acumulado durante séculos no interior da Igreja, a fim de conformá-lo às verdades da Sagrada Escritura e aos dogmas cristãos. A época medieval legou, assim, um sistema de pensamento com inúmeras definições e conceitos.

Nos limites da Baixa Idade Média, foi sendo formada uma nova visão de mundo, que levou o homem a questionar a produção cultural e artística da Europa medieval. O Renascimento, como foi designado, instaurou uma atmosfera de inovações e incertezas quanto ao pensamento tradicional, declarando imprecisas as bases da educação europeia.

A autoridade de Aristóteles, posta em consonância com os ensinamentos bíblicos pelos filósofos medievais, foi deixada de lado com a descoberta de novas ideias, fato que abriu um novo horizonte para o pensamento da Europa. Além do mais, as bases políticas e religiosas dos Estados desestabilizaram-se, e a autoridade eclesial perdeu seu prestígio diante do fenômeno reformista.

Descartes surgiu, então, no final do século XVI, momento em que a sociedade estava entregue às tendências implantadas pela Renascença, já estabelecida há muito quando de seu nascimento. Educado em um colégio jesuíta ainda ligado à tradição escolástica, ele entrou em contato com a pluralidade de afirmações científicas. Terminados os estudos, notou a persistência de dúvidas e embaraços trazidos pelos erros ainda presentes em seu pensamento, o que o fez expressar-se da seguinte forma: “Pois me achava enleado em tantas dúvidas e erros, que me parecia não haver obtido outro proveito, procurando instruir-me, senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância<sup>3</sup>”.

Giovanni Reale retratou de forma ímpar o drama histórico que levou o filósofo alemão a contestar a tradição filosófica recebida:

Não podia mais se sustentar a filosofia tradicional, muito estranha àquele conjunto de novas teorizações e descobertas [...]. Era urgente uma filosofia que justificasse a confiança comum na razão. Só era possível opor ao ceticismo desagregador uma razão metafisicamente fundada, capaz de se sustentar na

---

<sup>3</sup> DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores), p. 67.

busca da verdade, e um método universal e fecundo. Não se trata, portanto, de lançar à discussão este ou aquele ramo do saber, mas sim do fundamento do próprio saber. [...]. É para o fundamento que Descartes chama a atenção, já que é do alicerce que depende a amplitude e a solidez do edifício que é preciso construir para se contrapor ao edifício aristotélico, no qual se apoia toda a tradição.<sup>4</sup>

Apesar de estudar as letras de modo ardente, Descartes viu-se atraído pela matemática, por esta parecer bastante segura e capaz de levar às verdades claras e distintas, se empregada corretamente:

Comprazia-me sobretudo com as Matemáticas, por causa da certeza e da evidência de suas razões; mas não notava ainda seu verdadeiro emprego, e, pensando que serviam apenas às artes mecânicas, espantava-me de que, sendo seus fundamentos tão firmes e tão sólidos, não se tivesse edificado sobre eles nada de mais elevado.<sup>5</sup>

Segundo ele, era preciso demolir os alicerces do conhecimento e reconstruí-los sobre a matemática, uma vez que a metafísica e a ciência herdadas da Escolástica estavam fadadas ao fracasso. Não era permitido à investigação científica tomar como parâmetro de cognição a experiência e a sensibilidade, pois esses elementos são enganosos e conduzem-nos a afirmações precipitadas. Só era possível conhecer aquilo que se sujeitasse à análise matemática, motivação que o faz criar um método relativamente simples e puramente racional.

## 1.2 Aplicação do método cartesiano na obra *Meditações Metafísicas*

O método cartesiano foi criado com o intuito de pautar as investigações filosóficas, sendo composto por apenas quatro partes. O primeiro estágio do caminho apresentado por Descartes era a evidência, processo pelo qual um conhecimento só poderia ser assumido como verdade se pudesse ser totalmente conhecido por sua clareza e distinção. A menor possibilidade de dúvida seria suficiente para descartá-lo. Em segundo lugar encontrava-se a análise, responsável por efetuar a divisão das dificuldades em tantas partes quanto possível e necessário, a fim de conduzir à sua plena compreensão e posterior resolução. A terceira regra, a síntese, postulava o conhecimento gradativo dos objetos, com a divisão entre questões simples e complexas. Iniciando com o estudo dos objetos

---

<sup>4</sup> REALE, G; ANTISERI, D. *História da filosofia: do humanismo a Kant*. v. 2. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 360.

<sup>5</sup> DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores), p. 69.

básicos e subindo aos mais compostos, haveria menor risco de se perder a totalidade do fenômeno. E, por fim, encontrava-se a enumeração, ou seja, a revisão de todos os itens do estudo, evitando que algum elemento fosse negligenciado. É perceptível, na análise dos passos acima, a aproximação com o método matemático.

Para purificar o pensamento das ilusões e chegar à forma verdadeira de conhecer, Descartes resolveu questionar todas as opiniões transmitidas ao longo dos séculos. Se houvesse alguma ideia clara e distinta, esta seria resistente à dúvida metódica e universal.

Em suas *Meditações Metafísicas*, Descartes aplicou rigorosamente o caminho esquematizado no *Discurso do Método*. Ao crescer na incerteza, ele se viu numa circunstância favorável para a construção do conhecimento inabalável que tanto almejava.

Ao duvidar dos objetos do conhecimento que iam se impondo ao pensamento, Descartes percebeu que os de natureza física eram mais facilmente contestáveis que os de natureza matemática. Desse modo, o filósofo admitia os conceitos matemáticos como claros e distintos, visto que são sempre válidos, independente da experiência sensorial.

Além da realidade numérica, Descartes não encontrou outro elemento que fosse necessário no universo. Todavia, ele tornou sua dúvida hiperbólica, abarcando inclusive as ideias mais evidentes, a fim de que, provando o contrário, pudesse construir um conhecimento seguro e incontestável. Para realizar tal feito, ele forjou a existência de um gênio maligno que faz com que os homens enganem-se constantemente na efetuação de cálculos ou raciocínios lógicos.

Prescindindo da experiência e julgando tudo como duvidoso, ele encontrou em sua própria existência, enquanto ser pensante, uma verdade incontestável:

[...] considerando que todos os mesmos pensamentos que temos quando despertos nos podem também ocorrer quando dormimos, sem que haja nenhum, nesse caso, que seja verdadeiro, resolvi fazer de conta que todas as coisas que até então haviam entrado no meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas, logo em seguida, adverti que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: *eu penso, logo existo*, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava.<sup>6</sup>

Ao chegar à realidade do *cogito*, Descartes entrelaçou a existência ao pensamento, mostrando que é a racionalidade que caracteriza o ser humano como tal.

---

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 91.

Contudo, o artifício criado acerca do ser ardiloso que se entretém com o erro humano exigia a demonstração da existência divina. Tal evidência parte do eu pensante, ou, precisamente, das ideias presentes em seu pensamento. Assim, na terceira meditação Descartes alicerça a existência divina a partir do princípio da causalidade, sendo Deus o motivo das ideias de infinito e perfeição na mente humana.

“[...] dado que conhecia algumas perfeições que não possuía, eu não era o único ser que existia (...); mas que devia necessariamente haver algum outro mais perfeito, do qual eu dependesse e de quem eu tivesse recebido tudo o que possuía”.<sup>7</sup>

Deus, então passa a ser a causa e a conservação do cogito, encerrando em si todas as qualidades atribuídas pelo pensamento do homem. Não se trata de uma existência contingente, mas necessária, fonte das ideias inatas, como explicitado pelo próprio Descartes: “é preciso **necessariamente** concluir, de tudo o que foi dito antes, que Deus existe<sup>8</sup>”. Deus existe independentemente da vontade dos homens: ele é por si só.

A partir das qualidades atribuídas à ideia de Deus – bondade, imutabilidade, verdade, perfeição, eternidade, onipotência etc. – conclui-se que o ato de enganar é incompatível com a natureza divina. Deus não é e não pode ser enganador, pois nele não há imperfeição ou contrariedade. Consequentemente, as ideias matemáticas são verdadeiras, pois a bondade divina impede o engano sistemático do espírito do homem.

### **1.3 A existência do mundo físico e a falha do cartesianismo**

Na sexta meditação, Descartes busca demonstrar a existência do mundo físico. Porque prezava pela análise matemática, ele se viu diante do seguinte impasse: como provar a certeza dos corpos se eles escapam à luz quantitativa e trazem consigo qualidades, valores e propriedades específicas?

Encontramo-nos, portanto, diante de um problema insolúvel ao idealismo cartesiano, que levou seu rigoroso método a curvar-se diante dos próprios limites.

Utilizando-se da negação do ser maligno, Descartes postulou que a existência física corresponde à realidade, por não haver nenhum interesse divino no engano do homem. O

---

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 93.

<sup>8</sup> DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores), p. 289. Grifo nosso.

Deus cartesiano torna-se, desse modo, a garantia última do conhecimento científico, o que retira do domínio da dúvida qualquer asserção que se refira aos corpos materiais.

Devido a tal necessidade de recorrência a um ser supremo na comprovação do universo sensível, a Ciência se vê fadada, em último caso, à crença e à atribuição divina. Esse problema, pertinente na investigação filosófica posterior, culmina com as proposições de Kant, figura revolucionária no campo do conhecimento.

## **2. O empirismo humiano e a impossibilidade do saber científico**

### **2.1 Uma ciência do homem**

Se Sócrates havia despertado para uma filosofia voltada aos assuntos referentes à existência humana, Hume levou a cabo a missão de tornar tal vertente de pensamento uma ciência com bases experimentais, capaz de nortear as investigações filosóficas rumo à compreensão do mundo.

Nascido no século XVIII, David Hume tornou-se o maior expoente do empirismo, justamente por pregar a edificação do pensamento sobre a observação e o raciocínio experimental. Ao contrário dos adeptos do racionalismo, os empiristas afirmavam não ser possível conhecer por meio do pensamento puro, mas através do contato sensorial com o mundo. Não se trata, no entanto, da negação da razão humana, mas da afirmação da impossibilidade de se estabelecer verdades absolutas e necessárias na busca pelo conhecimento. Somente as percepções que temos dos objetos abrem-nos caminhos que levam ao saber.

A ousada iniciativa de Hume de colocar o homem em primeiro plano nos estudos filosóficos representou um importante passo rumo a uma filosofia da vida, voltada mais para o sujeito do conhecimento que para seus objetos. Todas as ciências vão sendo conhecidas à medida em que o homem vai se tornando o centro das investigações.

O único meio de obtermos de nossas investigações filosóficas o êxito que delas esperamos é abandonar o tedioso e extenuante método seguido até hoje [...]. Partindo daí, poderemos estender a nossa conquista sobre todas as ciências, mais intimamente ligadas à vida humana, para depois proceder ulteriormente no aprofundamento daquelas que são objeto de mera curiosidade. Não há questão de alguma importância cuja solução não esteja abrangida na ciência

do homem e não há nenhuma questão que possa ser resolvida com certeza se antes não nos assenhorarmos daquela ciência.<sup>9</sup>

Hume destaca a superioridade do conhecimento humano sobre os de ordem física ou matemática. Para ele, é imprescindível a compreensão da natureza do homem, pois é ele quem produz e apreende os objetos do conhecimento e também nele estão contidas as informações necessárias para o estudo das demais ciências.

Temos, já de início, uma grande divergência entre sua teoria do conhecimento com a de Descartes, pautada no pensamento puro e nas matemáticas. Com Hume, afirma-se que os conteúdos mentais são apenas percepções que passam, obrigatoriamente, pelos sentidos, não havendo motivo para postular a existência de ideias inatas.

## 2.2. Ideias e impressões para Hume

Segundo Hume, o meio mais eficaz de progredir na busca do saber é explicar o alcance do intelecto humano, a natureza das ideias utilizadas pela nossa mente e, por fim, as operações de associação realizadas na efetuação de raciocínios. Tais elementos são fundamentais à investigação do entendimento humano.

Dada a importância de tais elementos, ele dedicou uma seção do seu livro *Investigação Acerca do Entendimento Humano* à discussão da origem das ideias. Hume afirmou existir uma diferença considerável entre as percepções captadas pelo espírito. Elas distinguem-se pelo grau de vivacidade que apresentam: “Pelo termo impressão, entendo, pois, todas as nossas percepções mais vivas, quando ouvimos, vemos, sentimos, amamos, odiamos, desejamos ou queremos. E as impressões diferenciam-se das ideias, que são as percepções menos vivas”.<sup>10</sup> As impressões são, portanto, os elementos primitivos da experiência, enquanto as ideias são as suas imagens apagadas e estão relacionadas ao pensamento.

Esses dois tipos de conteúdos mentais relacionam-se mutuamente. Conforme dizem os empiristas, é preciso primeiramente experimentar para, daí, realizar inferências, o que implica em conceber a impressão como anterior à ideia. Com essa dependência, Hume critica a afirmação cartesiana “Penso, logo existo”. É preciso existir e sentir para,

---

<sup>9</sup> REALE, G; ANTISERI, D. *História da filosofia: do humanismo a Kant*. v. 2. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 558.

<sup>10</sup> HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores), p. 36.



posteriormente, criar as impressões do mundo. O pensamento está inteiramente ligado à existência e, por isso, a filosofia precisa partir do estudo do homem.

No que se refere à capacidade produtiva do pensamento, Hume descartou a possibilidade de uma criação ilimitada de imagens ou ideias. Estando confinado em limites muito reduzidos, o espírito utiliza-se da faculdade de combinar, transferir, diminuir ou aumentar os materiais provenientes da experiência.

[...] se analisamos nossos pensamentos ou ideias, por mais compostos ou sublimes que sejam, sempre verificamos que se reduzem a ideias tão simples como eram as cópias de sensações precedentes. [...] A ideia de Deus, significando o Ser infinitamente inteligente, sábio e bom, nasce da reflexão sobre as operações de nosso próprio espírito, quando aumentamos indefinidamente as qualidades de bondade e de sabedoria.<sup>11</sup>

No excerto acima, demonstra-se implicitamente a negação do inatismo. As ideias tomadas como inatas pelos racionalistas – alma, ser, Deus, mundo – são, na realidade combinações ou acréscimos de ideias mais simples.

A fim de melhor formular sua teoria do conhecimento, Hume buscou compreender como as ideias se associam no plano intelectual, afirmando que “há um princípio de conexão entre os diferentes pensamentos ou ideias do espírito humano e que, ao se apresentarem à memória ou à imaginação, se introduzem mutuamente com certo método e regularidade<sup>12</sup>”. Assim sendo, ele admitiu apenas três circunstâncias: a associação de semelhança, de contiguidade (no tempo e no espaço) e a relação de causa e efeito.

A semelhança ocorre quando, ao ver ou pensar algo, nos recordamos de outra coisa que apresente alguma relação lógica com esse objeto ou ideia. A contiguidade refere-se à associação espaço-temporal de ideias, por meio da comparação de lugares e delegação de situações prováveis aos mesmos. A relação de causa e efeito, finalmente, ocorre toda vez que atribuímos a um fato uma segunda situação, já esperada. Assim, ao notarmos um fenômeno, imputamos nele outro conseqüente, porque nossa mente alimenta a crença nessa correlação, até que seja provado o contrário.

---

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 39.

### 2.3. O problema da indução na construção das ciências

O grande problema exposto na obra humiana foi a arriscada relação de fatos físicos feita pelo nosso intelecto. No que tange à relação de ideias, Hume pareceu encontrar afirmações intuitivamente seguras, porque aborda raciocínios relativos à geometria, álgebra e aritmética. Sua garantia reside no fato dessas operações ocorrerem no nível do pensamento, não estabelecendo qualquer dependência com elementos sensíveis.

No entanto, ao referir-se aos objetos factuais (reais), Hume revelou um dos maiores problemas da ciência e abriu as portas para a formação da filosofia de Kant. Ao descobrir que “todos os raciocínios que se referem aos fatos parecem fundar-se na relação de causa e efeito<sup>13</sup>”, o filósofo aludiu a um grave erro presente no pensamento científico.

O contrário de um fato qualquer é sempre possível, pois, além de jamais implicar uma contradição, o espírito o concebe com a mesma facilidade e distinção como se ele estivesse em completo acordo com a realidade. *Que o sol não nascerá amanhã* é tão inteligível e não implica mais contradição do que a afirmação *que ele nascerá*. Podemos, em vão, todavia, tentar demonstrar sua falsidade.<sup>14</sup>

Com a afirmação acima, Hume diz ser impossível entender a relação que se estabelece entre a causa e seu respectivo efeito. Porém, quase todas as teorias existentes originavam-se de enunciados particulares sustentados por um fato observado, por sua vez contingente e sem a necessidade lógica de sua ocorrência.

A indução, método pelo qual se dá a passagem dos juízos observacionais para as leis, era o grande problema da Ciência. Devido a ele, toda a produção científica está baseada na crença, o que derruba por terra sua confiabilidade e mostra que “todas as nossas conclusões experimentais decorrem da suposição que o futuro estará em conformidade com o passado”.<sup>15</sup>

Por estar construída sobre um sistema de hábitos e crenças, a debilidade da ciência é justamente não poder prever, somente acreditar na consumação de fatos desconexos entre si.

---

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 56.

## 2.4. O ceticismo humiano

Já que todas as leis criadas cientificamente estabelecem-se mediante sucessivas percepções, Hume determinou que o estudo das ciências não promove progressos, mas proposições infundadas e inseguras. Como a filosofia de seu tempo estava ligada às paixões desordenadas do espírito, ele propôs a transição para uma corrente cética de pensamento, na qual houvesse a aceitação da condição limitada do ser humano no que se refere ao conhecimento.

[...] o empirismo humiano acaba por esvaziar a própria filosofia dos seus conteúdos específicos e admitir a vitória da razão cética, da qual só pode se salvar a primigênia e irresistível força da natureza. A natureza se sobrepõe à razão, diz expressamente Hume. O homem-filósofo deve ceder ao homem-natureza: “Sede filósofo, mas, para além da filosofia, seja sempre homem”.<sup>16</sup>

Esse ceticismo difere em muitos pontos do ceticismo cartesiano, que é totalmente metódico. Se a dúvida instalada por Descartes cumpria a função de atingir as ideias claras e distintas, a descrença de Hume na razão aponta para a sua total impotência de conhecer qualquer coisa e tirar dela uma verdade indubitável.

Ao referir-se à “credulidade supersticiosa”, Hume aponta para o fato de toda razão, seja ela filosófica, religiosa ou política, estar ligada à crença de fatos não evidentes. Essa propensão indutiva do homem surge do hábito, que renova a esperança de que o futuro será igual ao passado, simplesmente pela repetição de estados semelhantes.

Não somente a ciência é alvo da crítica cética; também a religião e os sistemas políticos entram em discussão, uma vez que tentam definir padrões comportamentais ou dogmas impostos sobre a humanidade, sem sequer haver uma justificativa criteriosa para tais definições. Não há verdade que possa ser tomada como parâmetro para a razão humana.

## 3. O criticismo kantiano

### 3.1. O despertar de Kant e a revolução no pensamento

Immanuel Kant, filósofo do fim da Idade Moderna, ao tentar resolver os embates existentes entre racionalismo e empirismo, causou uma revolução no pensamento

---

<sup>16</sup> REALE, G; ANTISERI, D. *História da filosofia: do humanismo a Kant*. v. 2. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 554.

filosófico. A partir da leitura do céptico Hume, ele passou a questionar, de forma crítica, os parâmetros adotados pela razão como forma segura de conhecimento. Em sua obra *Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura*, Kant explica as noções preliminares de seu pensamento revolucionário, apontando sua gênese:

Hume partiu essencialmente de um único, mas importante conceito de metafísica, a saber, a *conexão de causa e efeito* [...], e intimou a razão [...] a explicar-lhe com que direito ela pensa que uma coisa pode ser de tal modo constituída que, uma vez posta, se segue necessariamente que uma outra também deva ser posta [...]. Daí tirava a conclusão: a razão não tinha a capacidade de pensar tais conexões, mesmo só em geral, porque então os seus conceitos seriam simples ficções e todos os seus conhecimentos pretensamente *a priori* não eram senão experiências comuns falsamente estampilhadas, o que equivale dizer que não há, nem pode haver metafísica.<sup>17</sup>

Ainda nos *Prolegômenos*, Kant afirma: “Confesso francamente: foi a advertência de *David Hume* que há muitos anos, interrompeu o meu sono dogmático e deu às minhas investigações no campo da filosofia especulativa uma orientação inteiramente diversa”.<sup>18</sup>

Ele afirmou que todo conhecimento necessita da experiência, mas há também a necessidade das faculdades mentais, o que significa um meio termo entre idealismo e empirismo, numa espécie de superação da dicotomia existente entre essas duas vertentes de pensamento. Na introdução da *Crítica à Razão Pura*, Kant diz que os objetos que tocam nossos sentidos “em parte produzem por si mesmos representações, em parte colocam em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, reuni-las ou separá-las”.<sup>19</sup>

Desse modo, ele propôs uma filosofia que fosse transcendental. Não se trata de afirmar a transcendência do pensamento, pois transcendente é aquilo que ultrapassa nossa capacidade de pensar. Sua proposta, entretanto, queria levar o indivíduo a olhar para si mesmo e encontrar o conhecimento que nele se move. Seu método crítico afasta-se sobremaneira das propostas dogmática e céptica, justamente por buscar os alcances e limites da própria razão. Como afirma Johannes Hessen:

O criticismo, aproximando-se do ceticismo, junta à confiança no conhecimento humano em geral uma desconfiança com relação a qualquer conhecimento determinado. Ele põe à prova toda afirmação da razão humana e nada aceita inconscientemente. Por toda parte pergunta sobre os fundamentos, e reclama da razão humana uma prestação de contas. Seu comportamento não é nem céptico nem dogmático, mas criticamente inquisidor - um meio termo entre a temeridade dogmática e o desespero céptico. Germes de criticismo existem em

---

<sup>17</sup> KANT, I. *Prolegômenos a toda a metafísica futura*. Lisboa: Edições 70, 2008. (Textos filosóficos, v. 13), p. 14.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 5.

todo lugar onde haja reflexões epistemológicas. É o que ocorre, na Antiguidade, com Platão e Aristóteles e também com os estóicos; na Idade Moderna, com Descartes e Leibniz e, mais ainda, com Locke e Hume. O verdadeiro fundador do criticismo, entretanto, é Kant, cuja filosofia é chamada exatamente assim.<sup>20</sup>

Apesar de Kant ter se deixado influenciar pelas investigações humianas, ele afastou-se de seu ceticismo radical. O filósofo procurou, ao longo de sua obra, mostrar que Hume pecara por precipitação, ao declarar a razão totalmente impotente de formular conhecimentos verdadeiros.<sup>21</sup>

Isto significou uma mudança no foco das pesquisas filosóficas: elas não se dariam mais pelo estudo dos objetos, mas sim das condições que permitem conhecê-los – condições estas presentes no indivíduo. Kant demonstrou a primazia da razão ao afirmar que não são os objetos que determinam o conhecimento, mas é o sujeito quem organiza os dados do fenômeno.

Da mesma forma como Copérnico, à sua época, deslocara os astros e invertera suas posições dentro de um sistema cristalizado, Kant havia modificado o foco das investigações filosóficas, numa empreitada que ele mesmo chamou de “revolução copernicana” da Filosofia. A razão devia ser o centro de todo estudo.

### 3.2. Os tipos de juízo

Os fundamentos do conhecimento científico são a universalidade e a necessidade e, por isso, devem constituir-se critérios elementares sobre os quais assentam-se os juízos que venham a ser formulados. Os juízos, por sua vez, são sentenças pelas quais podemos afirmar ou negar algo, podendo ser de dois tipos: analíticos ou sintéticos. Juízo analítico é aquele cujo predicado não acrescenta nenhum conhecimento inovador ao sujeito, sendo por isso *a priori* (anterior a qualquer experiência). Juízo sintético é aquele cujo predicado acrescenta algo ao sujeito, sendo *a posteriori* (necessita da experiência para ser verificado).

Kant buscou responder, então, qual dos dois tipos de juízo era capaz de garantir à ciência necessidade e universalidade, devendo por isso ser adotado por ela. Visto que o analítico não acrescenta informações ao objeto, ele não pode ser adotado cientificamente.

---

<sup>20</sup> HESSEN, J. *Teoria do Conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 33.

<sup>21</sup> LEBRUN, G. *Sobre Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1993.

Já o sintético acrescenta conhecimentos, mas depende da experiência, não permitindo a afirmação da necessidade e universalidade nos fenômenos por ele descritos.

Assim sendo, Kant cria um terceiro juízo, ideal para a ciência: o sintético *a priori*. Este se trata de uma constatação que, acrescentando um conhecimento acerca do objeto estudado, prescinde da experiência para provar sua validade.

### **3.3. As formas de sensibilidade e pensamento**

No que se refere ao conhecimento de um dado objeto, o criticismo distancia-se radicalmente da tradição aristotélica e mesmo do empirismo. Para Aristóteles, o objeto de estudo é determinado, composto de matéria e forma e permite inferir suas características. Hume, nesse sentido, afirmou que ao entrarmos em contato com o objeto podemos apreender todo o conhecimento acerca dele; em outras palavras, a experiência oferece o conhecimento por si só.

Apesar de concordar que nenhum conhecimento pode furtar-se da experiência, Kant postulou a existência de certas condições *a priori* no sujeito, responsáveis por converter as impressões empíricas em conhecimento. Em primeiro lugar, o fenômeno deveria ser organizado pelas formas de sensibilidade, a saber, o espaço e o tempo. Após isso, seguir-se-ia a aplicação das formas de entendimento, ou seja, as categorias.

A ideia de espaço, bem como a de temporalidade, são conteúdos *a priori*, necessários e universais a toda representação. São independentes da realidade externa e constituem os únicos meios pelos quais é possível representar os fenômenos.

Quanto às categorias, Kant fez uma adaptação do modelo aristotélico. Elas derivam, assim, de tipos de juízo e, portanto, do próprio pensamento. Aristóteles seguia com a seguinte divisão: juízos segundo a quantidade, qualidade, relação e modalidade. Kant transformou esses juízos em doze categorias do conhecimento, presentes no sujeito e aplicáveis ao objeto, por sua vez indeterminado. São elas: unidade, pluralidade, totalidade, realidade, negação, limitação, substância e acidente, causa e efeito, ação recíproca, existência, possibilidade e necessidade.

### **3.4. O fim da metafísica**

Para bem entendermos a eclosão do criticismo kantiano, é preciso retornar à Idade Média, quando a razão servia unicamente à Teologia. Por cerca de mil anos todas as

leituras filosóficas foram feitas por meio de comentadores dos autores clássicos, enquanto as obras originais foram guardadas nos mosteiros católicos. Ao invés do contato com as obras de Platão, lia-se Santo Agostinho ou Plotino; igualmente, no lugar de Aristóteles, estudava-se a adaptação do pensamento aristotélico à religião cristã feita por Santo Tomás de Aquino.

Com o Iluminismo, houve a volta ao pensamento grego-romano, e a conseqüente retomada da leitura direta dos grandes pensadores. Nesse espírito de emancipação, a razão pensou ser capaz de conhecer tudo. Ao olhar, em sua época, para tal pretensão, Kant resolveu levar a razão ao tribunal, colocá-la em seu devido lugar e mostrar-lhe seus limites e deficiências.

Uma das inovações de seu pensamento foi a diferenciação de fenômeno e númeno. O fenômeno é a realidade tal como se apresenta para o sujeito, enquanto o númeno é a coisa-em-si, ou seja, a realidade em sua essência. O fenômeno constitui o limite da nossa razão. Quanto ao númeno, podemos pensá-lo, não, porém, conhecê-lo. Desse modo, não poderiam ser conhecidas ideias como a de Deus, de alma, de ser, ou de liberdade.

Uma ciência só é possível se seu objeto de estudo puder ser conhecido pelo intelecto ou pela sensibilidade. Com essa afirmação, entrou em cena a discussão acerca da metafísica, cujo objeto é o ser, entendido como a realidade última.

As aventuras da metafísica acontecem quando a razão decide ir além da experiência real que a limita. Entretanto, o ser buscado pela metafísica é imutável, eterno, imóvel, e não pode ser abarcado pela razão nem pela sensibilidade. A inclinação natural do homem, que o impulsiona para além do mundo fenomênico, percebe-se incapaz de legitimar o conhecimento de Deus, da alma e do mundo. O estabelecimento da metafísica como ciência torna-se impossível. Com isso, Kant não está negando a existência de Deus, mas somente afirmando não ser possível construir uma ciência que busque conhecer realidades suprassensíveis.

Como já dissemos, Kant afirmou que o conhecimento não pode se dar apenas pela via da experiência, pois “no tempo nenhum conhecimento antecede a experiência; todos começam por ela. Porém, nosso conhecimento empírico é formado pelo que recebemos das impressões e pelo que a nossa faculdade de conhecer lhe adiciona, estimulada pelas impressões dos sentidos”.<sup>22</sup> Com isso ele inaugurou o estudo do funcionamento da mente.

---

<sup>22</sup> KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Ícone, 2007, p. 5.

Em seu esquematismo transcendental, ele estudou a estética, a analítica e a dialética transcendentais, que funcionam como o tripé do estudo do mecanismo racional. A estética transcendental estuda a sensibilidade e suas leis, ou seja, a capacidade de sermos afetados pelas coisas, e como isso influencia nossos órgãos de sensibilidade. A analítica transcendental é o estudo do intelecto e suas leis. E a dialética transcendental estuda a razão e suas estruturas.

### **3.5. O conhecimento da alma**

O estudo da alma, a partir dos apontamentos de Kant, não passa de mera ilusão, já que não é possível construir uma ciência empírica aplicável a ela. Para que haja conhecimento, é necessário um sujeito e um fenômeno que se mostre à mente. Se a alma é sujeito do conhecimento, ela não pode ser tomada como objeto, voltando-se para si.

O mesmo raciocínio se aplica à mente, que impõe as categorias aos objetos, não sendo capaz de promover uma reflexão sobre si mesma. Se ambas são sujeitos do conhecimento, elas não podem ser conhecidas, como pretende ingenuamente a metafísica.

A impossibilidade do conhecimento racional da alma foi uma crítica à tradição cartesiana. Descartes afirmava a existência do cogito como ser pensante, passível de ser conhecido. Nesse sentido, o idealismo cartesiano é posto em cheque com a afirmação kantiana de que não se pode conhecer o próprio sujeito do conhecimento.

Ao mesmo tempo, Kant também critica o empirismo. Os objetos sensíveis não estão prontos para serem conhecidos na forma como se apresentam no mundo. O seu conhecimento deve ser construído mediante os conteúdos mentais do sujeito, com a aplicação das categorias.

### **3.6. O conhecimento do mundo**

Assim como na análise da alma humana, Kant negou a possibilidade de se conhecer o funcionamento do mundo, entendido aqui em suas causas últimas. Para desmitificar essa pretensão do intelecto, o filósofo formulou quatro questionamentos, ambos com tese e antítese, para demonstrar a impossibilidade de firmar o conhecimento.

Em primeiro lugar, ele interrogou a finitude ou infinitude do mundo, para as quais foram dadas as seguintes resoluções: de um lado, podemos afirmar que o mundo tem um começo e está encerrado em limites espaciais, ideia que favoreceu tanto a religião cristã,



quanto a tradição aristotélica. Por outro lado, podemos estabelecer que o mundo é eterno e infinito, não podendo ser encerrado na abóbada celeste ou no tempo; essa antítese é a que beneficiou o desenvolvimento do racionalismo do século XVI e o progresso científico.

Ao indagar a possibilidade de decompor o mundo em partes simples e indivisíveis, Kant encontrou duas alternativas. Existem aqueles que são adeptos da ideia de que a substância do mundo consta de elementos simples, os quais podemos conhecer puramente. Há, ainda, os que defendem que o mundo é composto, não havendo simplicidade.

Quanto à necessidade ou contingência das coisas e acontecimentos, também há opiniões destoantes, mas aceitáveis. De um lado, há a afirmação de que existem leis naturais necessárias, embora seja totalmente possível pensar numa causalidade livre, ou seja, Deus, que decreta a necessidade do mundo. Essa opinião coaduna-se perfeitamente com a doutrina cristã, que afirmava a criação do mundo por Deus, através de um ato de pura liberdade. Contrária a essa proposição, surge a asserção de que não há contingência nem ação livre no mundo, pois tudo ocorre segundo as leis da natureza.

Por fim, Kant analisou a possibilidade de uma causa última, incondicionada e absolutamente necessária no mundo. Duas respostas também podem ser encontradas: de um lado, afirma-se que deve haver um ser necessário como causa do mundo; de outro, supõe-se que o mundo é eterno e não há a necessidade de um ser absoluto para explicá-lo.

Percebemos, então, que essa antinomia explicita o fato de que a mente humana não é capaz de chegar a uma síntese segura da verdade do mundo em sua totalidade. As proposições levantadas não são geradoras de unidade no pensamento, mas de divergências, e o embate histórico das teorias mostram o fracasso nas tentativas de encontrar o conhecimento pleno das realidades mundanas.

### **3.7. O conhecimento de Deus**

Discutindo a existência de Deus, Kant critica a tradição metafísica. Descartes afirmava que “tudo quanto se pode saber de Deus pode ser demonstrado por razões, as quais não é

necessário buscar alhures que em nós mesmos, e as quais só nosso espírito é capaz de nos fornecer”.<sup>23</sup>

Kant critica ferozmente as provas da existência de Deus propostas por Santo Anselmo, reutilizadas por Descartes. Isso porque a existência da ideia de Deus no sujeito do conhecimento não implica a sua existência enquanto ser real, pois entre ideia e realidade não existe uma relação necessária.

Como já foi dito, a ciência só deve admitir juízos sintéticos *a priori*, nos quais não haja a dependência da experiência. Como a ideia de Deus não exige sua realidade objetiva para ser pensada, não podemos afirmar que exista um ser divino até submetê-lo aos sentidos. Enquanto isso não for possível, não poderemos provar a existência de Deus, nem mesmo pelo simples fato de podermos pensá-lo.

## Conclusão

Investigando a teoria do conhecimento dos três pensadores discutidos neste trabalho – Descartes, Hume e Kant – percebemos melhor a importância do tema para a Filosofia. Não se trata de buscar uma reflexão específica sobre a realidade, mas a própria condição que permite todo e qualquer saber.

Descartes, através da dúvida amparada pelo método matemático, chegou à certeza do *cogito*, o que lhe permitiu inferir a existência de Deus por meio dos conteúdos mentais presentes nesse ser pensante. A única forma de conhecer, para ele, se dá pelo puro pensamento, visto que as sensações podem nos enganar facilmente. Entretanto, em última análise, todas as demais realidades, como a do mundo, encontram-se atreladas à existência divina. Isso se apresentou como um grande problema na filosofia cartesiana, e conferiu à ciência um patamar de crença.

Além disso, confrontamos ao idealismo de Descartes o pensamento de Hume, que tomou as experiências sensíveis como fontes seguras de conhecimento. Após explicitar a proveniência das ideias e as relações que estas estabelecem entre si, especialmente a de causa e efeito, Hume concluiu que a razão humana é incapaz de chegar a alguma ideia verdadeira. As ciências, para ele, estariam impossibilitadas de afirmar um conhecimento seguro, visto sua imersão num sistema de crenças. Nessa altura, estava instalado o ceticismo em seu pensamento.

---

<sup>23</sup> DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores), p. 244.

Diante dessas duas vertentes filosóficas, vimos que Kant buscou um equilíbrio, utilizando-se, inclusive, de elementos de ambas as filosofias. Porém, seu desejo de chegar à verdade o obrigou a admitir os limites da razão, fato que o levou a produzir um estudo não mais dos objetos, mas da estrutura produtora do conhecimento. Sua filosofia transcendental impulsionou o pensamento filosófico a curvar-se diante de seus limites, a fim de não buscar respostas que a razão humana não pode abarcar. Vimos, assim, que a crítica kantiana à metafísica resulta da observação de que seus objetos de estudos estão além da experiência que a realidade sensível limita.

E a busca pelo conhecimento humano chegou aos dias atuais como uma questão insolúvel. O que temos são diversas propostas que demonstram, cada qual a seu jeito, que o homem é capaz de pensar racionalmente, diferenciando-se dos demais animais. Cabe à filosofia investigar como esse conhecimento é processado.

## Referências

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

HESSEN, J. *Teoria do Conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Ícone, 2007.

KANT, I. *Prolegómenos a toda a metafísica futura*. Lisboa: Edições 70, 2008. (Textos filosóficos, v. 13).

LEBRUN, G. *Sobre Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1993.

REALE, G; ANTISERI, D. *História da filosofia: do humanismo a Kant*. v. 2. São Paulo: Paulinas, 1990.